

afetivos despertados pela escola. Presente e passado são, desta maneira, encompasados pela forma mítica, permitindo uma experiência emocional totalizadora.

O artigo de Gabriela Cordeiro Buscácio analisa o processo de separação de um grupo de compositores da Portela, em um contexto de intensa profissionalização do carnaval. Este grupo, liderado por Candeia, fundou o Grêmio Recreativo de Arte Negra Escola de Samba Quilombo. Em sua análise, a autora mostra-nos como esta dissidência revela os aspectos contraditórios do embate entre "autênticos", que seriam também os "tradicionalistas", diante das intensas mudanças nos padrões estéticos e administrativos da "nova" Portela ao longo dos anos 70. Interessante notar como campos semânticos são superpostos, especialmente quando a questão da autenticidade se vê misturada às demandas de etnicidade, ao mesmo tempo em que todo o processo de construção do desfile se vê sob críticas acirradas e suspeitas generalizadas.

Finalmente, encerrando esta coletânea, o artigo de Nilton Rodrigues Júnior traz a esta "passarela" editorial a "velha guarda da Portela", analisando as representações dos seus membros acerca de sua trajetória no mundo do samba. O autor nos mostra o paradoxo vivido por esta "velha guarda" situada exatamente no limiar entre o sucesso e a "guarda" do samba de raiz, a mesma raiz metafórica da mangueira sob a qual nasceu.

À metáfora de suas raízes fortes e duradouras se junta a imagem do mundo do trabalho em oposição à imagem do malandro, o que certamente procura reservar para a escola um lugar acima das disputas ou, como diz o autor, a representação de uma escola que se relaciona com seu "passado de glória", e que, no presente, existe num mundo destacado.

Esta coletânea se apresenta, portanto, como uma leitura extremamente oportuna

e estimulante na medida em que dialoga com as profundas transformações pelas quais passam contemporaneamente as culturas populares, tomando como foco de análise o carnaval carioca. Como estas culturas vivem, se adaptam, se transformam diante das contradições crescentes impostas pela sociedade de consumo e da progressiva espetacularização das manifestações culturais. O carnaval é um exemplo significativo porque se constitui num substrato de raízes profundas, coletivas e espalhadas por todo o país. Esta leitura será, certamente, muito estimulante para aqueles que se dedicam a refletir sobre esta manifestação em outros lugares, distantes, mas não imunes a todas essas mudanças na produção e no consumo dos eventos culturais.

HEINICH, Nathalie. 2009. *La fabrique du patrimoine. De la cathédrale à la petite cuillère*. Paris: Éditions de la Maison des Sciences de l'Homme. 286 pp.

Bruno Brulon Soares

Doutorando em Antropologia, PPGA/UFF

La fabrique du patrimoine, etnografia reveladora do campo patrimonial, é construída por Nathalie Heinich a partir de sua análise do serviço do Inventário do Patrimônio ligado ao Ministério da Cultura, na França. Representando, na "cadeia patrimonial", o polo mais especializado, mais distante do profano, em que a dimensão emocional e a dimensão estética da patrimonialização são as menos manifestas, o Inventário se situa no início da cadeia, onde a proteção pela descrição não tem ainda força de lei. Ao buscar decifrar o valor patrimonial nas obras analisadas pelos pesquisadores

do Inventário, a autora realiza uma sociologia dos valores, tendo como um de seus suportes teóricos o trabalho de Luc Boltanski e Laurent Thévenot sobre as operações da justificação (1991).

O que leva um bem, seja ele qual for, a fazer parte do patrimônio? Ao oferecer ao leitor uma microanálise da experiência patrimonial, a autora se propõe a desconstruir os valores do atemporal e do universal, geralmente reconhecidos no patrimônio. Empenhando-se para apreender o fenômeno recente da "inflação patrimonial", Heinich busca distinguir as diferentes categorias de valores implicadas no patrimônio e, por conseguinte, as diferentes categorias de objetos patrimoniais. Primeiramente, a articulação dos valores se dá em um campo onde se interligam saberes sobre o patrimônio. Ao discutir a configuração de uma *expertise* patrimonial, bastante específica e inacessível ao profano, a autora enfatiza o papel da datação, do conhecimento dos materiais e de um vocabulário especializado.

Na vertente da *expertise*, os inventários geralmente adotam um vocabulário altamente especializado, em que não há espaço para a subjetividade, para as impressões pessoais, e menos ainda para a emoção. Por outro lado, o olhar profano demonstra ser a emoção uma parte indissociável da *expertise* patrimonial. Não se pode negar, como atesta a autora, que a "prova" do patrimônio, a sua autenticidade, também se vê na emoção "das pessoas comuns". Com efeito, não é raro que a emoção dos profanos diante de uma construção ameaçada de destruição seja o princípio de sua entrada na cadeia patrimonial. É, então, a partir do reconhecimento de certas "categorias da emoção", tais como a autenticidade, a presença e a beleza, que os critérios que levam um bem a entrar para a cadeia patrimonial se tornam evidentes.

No ato do encontro entre os diferentes critérios e universos de valores, Heinich enumera alguns dos atores que se fazem presentes nas situações em que "emoções patrimoniais" são evocadas: a vítima (um elemento do patrimônio), o acusador (associações, jornalistas, políticos, cidadãos), o acusado (os poderes públicos, um proprietário privado), e o juiz (a opinião pública, os magistrados). Logo, no "julgamento" patrimonial, a emoção e a *expertise* atuam juntas na avaliação dos bens. Entretanto, ainda é a objetividade que vai figurar como o eixo principal (ou ideal), conduzindo a elaboração dos critérios através dos quais se irá "julgar" o patrimônio. A primeira obrigação a se observar para garantir a objetividade de uma escolha é a estabilidade no tempo. Se um critério perdura como o mesmo ao longo de alguns anos, se os objetos que ele seleciona foram todos sempre pertencentes a uma categoria homogênea, logo se pode supor que o critério em questão não está pautado em preferências individuais e subjetivas, ou seja, instáveis e sujeitas à modificação, mas sim nas propriedades inscritas no próprio objeto, isto é, objetivas, ou "objetais".

Tendo em vista a natureza da análise, a relevância da pesquisa desenvolvida por Heinich é inegável do ponto de vista do atual campo do patrimônio, mas também, de forma mais ampla, para a "sociologia da percepção". A análise dos critérios, a qual a autora estabelece como o objetivo central da obra, toma forma opondo-se notadamente a uma "sociologia da dominação", de inspiração bourdieusiana. Heinich propõe uma perspectiva mais descritiva, compreensiva e pragmática, sensível diante do fato de que estes critérios assim postos são todos utilizados (sejam eles prescritos ou proscritos), ainda que com estatutos e frequências desiguais.

É necessário, portanto, que se opere uma conversão radical no olhar do soci-

ólogo sobre os objetos. Trata-se da passagem de uma perspectiva "realista", no sentido de que considera os conceitos e as categorias correspondendo a realidades efetivas, a uma perspectiva "nominalista" ou, nos termos da sociologia contemporânea, "construtivista", que leva em conta que conceitos e categorias não são realidades, mas conceitos, produtos da atividade humana. Trata-se da ideia de que aquilo que é "socialmente construído" é o olhar, que faz com que a coisa observada passe do estatuto de prédios ou objetos, mais ou menos utilitários, ao estatuto de elementos do patrimônio, dignos de serem não apenas utilizados, mas observados, localizados, datados, fotografados e até mesmo admirados.

Assim, a atividade patrimonial não equivale em nenhuma medida a uma posição "artificialista", que denunciaria implicitamente o caráter não natural – logo, desnecessário – dos processos de descrição e de valorização que desta forma são produzidos. Ao contrário – assegura Heinich – é precisamente o fato de que o patrimônio é "fabricado" pela administração, através de procedimentos complexos, que ele tem garantida as suas constância, durabilidade, visibilidade e proteção material. Sendo assim, é *porque* o olhar é socialmente construído – e não apesar deste fato – que ele conta com aqueles que lhe têm acesso, que ele ganha sentido, que ele é encarnado em textos e imagens e acaba por impregnar a visão sempre em grande escala. Isto significa que a criação do patrimônio está muito mais ligada a uma necessidade da vida em sociedade do que a uma "natureza".

É preciso aceitar um deslocamento duplo e paradoxal que se define, por um lado, pelo movimento do objeto olhado para o sujeito que olha; por outro, da lógica patrimonial da descoberta, da "missão impossível", para a lógica sociológica da

invenção, missão já cumprida. Aquilo que se inventa na medida em que se inventariam as coisas, é um olhar que se materializa nos elementos do patrimônio. Este olhar sobre o patrimônio, que se constrói coletivamente e a partir do contato com o próprio objeto percebido, a autora define como duplamente marcado pela existência de instrumentos de percepção e de inscrição do percebido, considerando que estes instrumentos são transmissíveis no espaço e no tempo, o que permite que um número indeterminado de pessoas desenvolva, diante de um objeto qualquer, uma relação visual similar, logo, coletiva. Assim, a visão parece ter origem no objeto, que "capta o olhar", e não no próprio ato de olhar.

O confronto do pesquisador, no campo, com o objeto – o ato de olhar – é apenas um momento pontual e individual, intermediário entre a fase de aquisição dos recursos comuns e a fase de restituição das conclusões; este é o instante do "reconhecimento", no qual aquilo que é visto atualiza o que é sabido. Isto significa que o olhar está longe de se limitar, como deseja a perspectiva interacionista, à presença de um indivíduo com o objeto. De forma ampla, o olhar se faz no conjunto de momentos diversos, estendendo-se no tempo e no espaço, considerando o antes e o depois do encontro (observador-observado) e mesmo no instante da comunhão do pesquisador/observador com seus pares.

Para alcançar o objetivo proposto, a observação no trabalho de campo se dá concomitantemente com as entrevistas realizadas, no contexto em que ocorrem as aproximações, levando em conta o "estar diante do objeto" a ser considerado para fazer parte da cadeia patrimonial. Esta metodologia permite à autora marcar a distinção fundamental entre o discurso descritivo (científico) e o discurso prescritivo e avaliativo (patrimonial).

Ao definir critérios unívocos – como a datação, a ancestralidade, o estado de conservação, a autenticidade, a beleza etc. – e critérios ambivalentes – como a decoração ou a não decoração, a raridade ou a multiplicidade, a originalidade ou a banalidade – Heinich explora em profundidade a axiologia do patrimônio. Tornando visível aquilo que em outras análises permanece obscuro, ela demonstra que estes valores, que são plurais, não são de fato independentes uns dos outros, e podem se combinar entre si e se reforçar uns aos outros.

Em síntese, a axiologia do patrimônio se constrói na tomada (*prise*) que pode ser definida como o ponto de encontro entre as propriedades objetais dos elementos submetidos ao julgamento e os recursos dos atores destinados a julgar. Esta perspectiva permite que se escape da alternativa improdutiva, e muito ideológica, entre, de um lado, a *concepção puramente objetivista* – da história da arte tradicional, da filosofia essencialista e do senso comum – segundo a qual o valor está inteiramente nos objetos submetidos ao julgamento; e, de outro, a *concepção radicalmente construtivista* – própria das correntes pós-modernas da antropologia – segundo a qual o valor estaria inteiramente nas representações dos sujeitos, eminentemente culturais e, portanto, relativos. É colocando a ênfase no ato do encontro, no instante em que se dá a aproximação entre as partes (ator e objeto), que Heinich estabelece um “caminho do meio” para o estudo dos processos de patrimonialização, oferecendo à sociologia uma nova abordagem da relação entre sujeito e objeto.

Finalmente – e sem que aqui se encerre o assunto – não é o objeto que faz o patrimônio, é a “função patrimonial” que faz de um objeto qualquer um bem patrimonial. A função patrimonial pode ser aplicada a alguns objetos que são

transformados em “obras”, formando o corpus aberto do patrimônio. Esta função se dá através da administração da autenticidade destes objetos. “A fábrica do patrimônio” é, então, desvendada em ação, e seus critérios e valores são desvelados para o leitor, sendo ele um especialista ou não no campo do patrimônio, através de uma vertente epistemológica que se pode dizer inédita para se pensar a cadeia patrimonial.

MAIO, Marcos Chor & SANTOS, Ricardo Ventura (orgs.). 2010. *Raça como questão. História, ciência e identidades no Brasil*. Rio de Janeiro: Editora Fiocruz/Faperj. 316 pp.

José Carlos Rodrigues

PUC-Rio

Trata-se de um livro singular. Normalmente o organizador concebe uma coletânea na qual reúne e apresenta artigos de outros autores. Mas esta é uma reunião de onze trabalhos, todos de autoria dos próprios organizadores – individual uns, em parceria outros. Além disso, alguns ensaios resultaram de colaboração com terceiros: desse modo, um total de nove pesquisadores acabou diretamente envolvido na confecção e no enriquecimento da obra.

Os temas dos trabalhos são diversificados. Por percursos distintos, todos giram em torno da ideia de “raça”, assumida como matéria cujo debate está se tornando cada vez mais presente e incandescente na sociedade brasileira. Tal proposta, como se sabe, não é nada fácil de efetivar, pois não poderá deixar de fazer a perigosa, delicadíssima, conjugação de conhecimentos oriundos da biologia, da antropologia, da história e da política. Não obstante a dificuldade,